



CORREDOR DA POBREZA E DO DESENVOLVIMENTO: O DILEMA DO ESTADO DO TOCANTINS

Nilton Marques de Oliveira – UFT/PGDR

Resumo: O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político. Essas transformações são questões centrais para entender a evolução ou o retardamento da dinâmica dos setores produtivos de uma região. O pressuposto desta pesquisa parte do seguinte questionamento: existe de fato dois corredores no Tocantins: um da pobreza (leste do estado) outro do desenvolvimento (às margens da BR 153)? Assim sendo, o objetivo geral é analisar esses dois corredores no período de 2000 e 2010. O aporte teórico se baseia nas teorias do desenvolvimento regional. O instrumental utilizado foi a estimativa do Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR). Permeados por dados secundários do Ipeadata, RAIS, IBGE, PNUD e Secretaria de Planejamento e Fazenda do Tocantins. Os principais resultados sugerem que de fato existe dois corredores, um mais atrasado e outro com maior dinamismo na sua estrutura produtiva, localizado ao longo da Rodovia Belém-Brasília – BR-153, ou próxima dela, proporcionando elos com os municípios do seu corredor e com os corredores menores, implicando expansão na ocupação de novas frentes agrícolas e na ampliação do capital.

Palavras-chave: Indicador de desenvolvimento regional; pobreza; transformação socioeconômica

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo elaborar e analisar o Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) dos corredores da pobreza e do desenvolvimento do Tocantins entre 2000 e 2010. O desenvolvimento regional depende de características intrínsecas à região, o termo não apresenta consenso teórico na sua definição, Casarotto Filho, Minuzzi e Santos (2016) destacam que, por muito tempo, este termo era analisado apenas na sua composição econômica, não considerando as dimensões sociais, ambientais, político-institucionais e científico-tecnológicas. O desenvolvimento regional constitui um processo de transformação social, econômico, cultural e político que pode levar décadas para se concretizar ou não. Um bom planejamento regional, tende a subsidiar políticas de crescimento social e econômico.

A estratégia de planejamento e desenvolvimento regional poderá estimular o incremento dos avanços tecnológicos empregados na constante capacitação dos recursos humanos na região, no aumento da demanda do comércio e serviços, na infraestrutura de transportes e de comunicações, na geração de emprego e renda e na organização dos produtores, o que induzirá melhora da qualidade de vida de sua população e, conseqüentemente, da sua inserção nas relações econômicas, comerciais e sociais. Toda essa estratégia de planejamento e desenvolvimento está tacitamente enraizada nas instituições (PARADA, 2003).



Para Marques de Oliveira (2019) poucas transformações socioeconômicas ocorreram na década de 1990, pois o Estado do Tocantins ainda estava consolidando os investimentos em infraestrutura básica, tanto na recém-inaugurada capital, Palmas, onde estão localizados os poderes executivo, judiciário e legislativo, quanto no restante do Estado. De fato, o crescimento econômico e a urbanização do Tocantins só aconteceram a partir da primeira década do século XXI. A população do estado teve um crescimento médio de 22,5%, no período de 2000 a 2010, e em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) foi o estado que mais cresceu no acumulado entre 2002 e 2010, com uma taxa de crescimento de 74,2% em termos absolutos (IBGE 2012). Quanto à criação de emprego formal, em 2000, o estado contava com 106.040, em 2015, esse número passou para 274.645, representando uma taxa de crescimento de mais 159% (MTE, 2016).

A motivação deste artigo é analisar o porquê de o Tocantins apresentar baixo índice de desenvolvimento social, econômico e humano na parte leste do estado, ou seja, lado direito do rio Tocantins. Esta parte sempre foi conhecida como o “corredor da miséria”, antes mesmo do seu desmembramento. Isto se justifica a importância desta pesquisa, que trará mais luz aos problemas do estado, bem como soluções para superar o legado da marginalidade. Historicamente o leste do Tocantins apresenta os maiores entraves e desafios para o desenvolvimento social e econômico, e, por este aspecto, passou a ser conhecida como o “Corredor da miséria”. Em uma pesquisa mais apurada percebe-se que parte dos problemas atribuídos à região é real, comprovada por órgãos de pesquisa como o IBGE e a SEPLANTO, e, por pesquisadores como Bertran (1978); Palacín (1990); Barreira (1997); Parente (2003); Carvalho (2004); Valente (2015); Marques de Oliveira e Piffer (2016) e Marques de Oliveira (2019). Essa realidade é uma das responsáveis pelos índices de êxodo populacional nos últimos anos. Historicamente essa região esteve associada à mineração, depois criação de gado e a produção de alimentos básicos como o arroz, milho e o feijão. Neste artigo opta-se por chamar o corredor da pobreza os municípios separados pelo rio Tocantins, na sua margem direita, formada pelas microrregiões do Bico do Papagaio, Araguatins, Tocantinópolis, Jalapão e, a região sudeste (Dianópolis).

Por outro lado, observa-se um dinamismo das atividades produtivas, no que se opta, por chamar corredor de desenvolvimento econômico, formado pelos municípios às margens, ou próximo à BR-153 (Belém-Brasília) e a Ferrovia Norte-Sul. Este corredor é formado em parte pelos municípios que compõem as microrregiões de Gurupi, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Palmas, Colinas do Tocantins e Araguaína.

Desta forma, este artigo aborda o processo de desenvolvimento regional, a partir desses dois corredores. Além disso, os resultados desta pesquisa possibilitarão um novo olhar



na investigação estado do Tocantins, uma vez que fornecerá subsídio teórico para o planejamento regional orientado ao avanço das atividades econômicas e sociais; orientar o poder público nas aplicações de determinadas medidas de erradicação da pobreza e equidade humana.

Isto posto, este artigo está dividido nesta introdução; a seguir apresenta algumas considerações sobre o desenvolvimento regional; na terceira parte os aspectos metodológicos; seguido dos resultados e discussão dos Indicadores de Desenvolvimento Regional (IDR) do corredor da pobreza e do corredor de desenvolvimento; por fim, não menos importante, as considerações finais.

2. Algumas considerações sobre Desenvolvimento Regional

A concepção de desenvolvimento econômico, segundo Paiva (2021), está relacionada com a autonomia política-institucional, nesse sentido, para haver desenvolvimento, é preciso que as organizações produtivas consigam tomar as decisões necessárias para o desenvolvimento de seus territórios. A autonomia político-institucional é o que permite o desenvolvimento (PAIVA, 2021).

Sen (2010) destaca que o desenvolvimento como processo de liberdade passa por dois processos, um de maneira mais restrita na qual se enquadra as liberdades econômicas e sociais, bem como, as oportunidades de obter educação de nível básico. Em contrapartida, o segundo processo é um pouco mais amplo, o qual ocorre justamente por conta da liberdade de escolha, sendo possível destacar a liberdade de escolha de qual tipo de trabalho se fará, quais os produtos serão consumidos, a liberdade de escolha de formar família, de ter filhos, de se relacionar socialmente e de escolher as representações políticas que melhor lhe convém.

Nesse sentido, Sen (2010), evoca o desenvolvimento como melhora na qualidade de vida da população, nesse aspecto, põe em evidência que tal atributo deve abarcar as liberdades coletivas e individuais que os indivíduos gozam. O desenvolvimento como liberdade não é apenas um processo de melhoria das condições materiais de vida, mas também um processo de expansão das liberdades individuais e coletivas. O desenvolvimento deve ser entendido, portanto, como um processo de ampliação das liberdades reais que as pessoas possuem para determinar o rumo de suas vidas.

No que o tange desenvolvimento regional, de acordo com Sorgi (2009), não basta uma região ter indústrias motrizes para que se desenvolva economicamente, é necessário que as regiões passem por um processo de organização interna, e isso ocorre, quando os atores



locais se movimentam em todas as frentes: organizações públicas e privadas, prefeituras, universidades e a comunidade local e passam a promover o desenvolvimento em conjunto.

O desenvolvimento econômico é um avanço significativo que passa pela ascensão histórica na acumulação de capital, combinado com o conhecimento técnico que melhora os padrões de vida das pessoas de uma sociedade, tanto ao nível local, regional e nacional. Dentro da literatura explorada, as terminologias desenvolvimento econômico ou crescimento econômico são tratados pelos autores como sinônimos (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Para se atingir o crescimento econômico, é necessário que as pessoas mais ricas invistam em novas empresas, que aumentem o capital, ou seja, o investimento em máquinas e equipamentos, novas tecnologias, na educação, na saúde, na infraestrutura e na proteção ambiental. Para ocorrer esse investimento é necessário haver um mercado de bens e serviços, o mercado é o espaço de negociação de produtos e serviços de um país. Ele é composto por um conjunto de pessoas e instituições que interagem num território visando comprar e vender produtos e serviços. (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Ademais, para Myrdal (1960) mesmo em países subdesenvolvidos e em economias emergentes passam por um processo de acelerado desenvolvimento da economia interna. Nessas regiões, são percebidas também fortes áreas de investimento e exploração por parte de países desenvolvidos, nota-se que em países com industrialização lenta apresentam grande dependência aos países desenvolvidos. Nesse aspecto, os países em desenvolvimento são explorados em seus recursos naturais e culturais.

Myrdal (1960) afirma ainda que a industrialização tardia pode ser uma “maldição” para os países, pois eles sofrem com a diferença de competitividade devido à falta de capital, tecnologia e mão de obra. Para esses países, a industrialização tardia é um problema, pois devem superar a diferença de competitividade que têm em relação aos países desenvolvidos. É importante notar também que a industrialização é uma tendência que os países subdesenvolvidos e emergentes devem enfrentar, pois é um processo inevitável.

Trabalhos nesse sentido têm sido desenvolvidos, cabe destacar a abordagem apresentada por Neto, Castro e Brandão (2017), que argumentam o desenvolvimento regional no Brasil e as políticas, estratégias e perspectivas. Os autores destacam ser importante entender a suposição de que o mercado privado por si só não pode resolver essa contradição, o setor público está liderando o caminho para alinhar o crescimento econômico e a atenuação das diferenças sociais e regionais que a população se encontra com a responsabilidade fiscal adequada.

Marques de Oliveira, Piffer e Strassburg (2018), salientam que o desenvolvimento regional ocorre de maneira que abrange vários aspectos, sendo difícil listar apenas um motivo



que leva o desenvolvimento regional, enfatiza ainda para o fato que alguns desses aspectos podem ter corroborado para o desenvolvimento do Estado do Tocantins, dentre eles as questões ambientais, econômicas, sociais e educacionais da população.

O desenvolvimento econômico, baseado na teoria de exportação de Douglas North (1977) sugere que o processo de desenvolvimento regional se dá pelo modo de vinculação entre os setores produtivos organizados a um produto de exportação. Nesse sentido, denota-se, conforme o pensamento de Prestes, Cattelan e Moraes (2018), que o processo de desenvolvimento econômico de uma região está interligado nas interações de demandas locais por outras regiões, que abrange os estados e municípios de um país com o setor internacional. Inicialmente, é importante destacar que o autor considera como setor primário o conjunto de atividades diretamente relacionadas à exploração de recursos naturais, como a agricultura, a pecuária, a pesca e a mineração.

3. Aspectos Metodológicos

A partir do levantamento bibliográfico acerca dos indicadores sociais e econômicos, este artigo utilizou com base metodológica os estudos regionais, compostos pelo Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) proposto por Gualda (1995; 2003), Oliveira (2005); Ferrera de Lima *et al.* (2012) e Rodrigues e Ferrera de Lima (2013), os quais foram adaptados para elaborar o IDR para os municípios do Tocantins.

Com relação ao levantamento dos dados, esta pesquisa se caracterizou como exploratória e descritiva, pois buscou a compreensão de fenômenos sociais e econômicos a partir da localização, avaliação e síntese dos dados e informações em determinado período e espaço.

Os dados foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEADATA, Secretaria de Fazenda do Estado do Tocantins – SEFAZ, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Relação Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego. O elemento de estudo concentrou-se nos 139 municípios do Estado do Tocantins, correspondente aos anos de 2000 e 2010. A escolha de dois períodos distintos permitiu avaliar o comportamento e suas respectivas modificações.

Com base nas escolhas das variáveis, estimou-se o IDR a partir dos indicadores parciais: social e econômico. O indicador parcial social (*IS*) com seus respectivos pesos foi apresentado na Equação 01, e indica, mediante uma série de variáveis, o perfil do desenvolvimento social de cada município.



$$IS_i = (IPU \times 0,05 + IPR \times 0,05 + ICE \times 0,15 + IMAE \times 0,15 + IMH \times 0,10 + IAE \times 0,10 + ICL \times 0,05 + ILH \times 0,05 + IDSS \times 0,10 + IPP \times (-0,10) + IDEC \times 0,10) \times P \quad (01)$$

Em que: IS_i é o Indicador parcial; IPU = Índice de participação da população urbana do município i ; IPR = Índice de participação da população rural do município i ; ICE = Índice de consumo de energia residencial do município i ; IMAE = Índice de média de anos de estudo do município i ; IMH = Índice de médicos por mil habitantes do município i ; IAE = Índice das unidades abastecidas com água encanada do município i ; ICL = Índice de coleta de lixo do município i ; ILH = Índice de leitos hospitalares por habitantes do município i ; IDSS = Índice de despesas com saneamento e saúde do município i ; IPP = Índice de pessoas pobres do município i ; IDEC = Índice de despesas com educação e cultura do município i ; P é a participação da variável W_i do município i .

O indicador parcial econômico (IE_i) comporta variáveis que descrevem a situação econômica dos municípios do Estado do Tocantins, permitindo apontar as condições que os mesmos possuem para gerar investimentos em: infraestrutura, saúde, educação, pesquisa e desenvolvimento e geração de emprego, conforme apresentado na Equação 02, com seus respectivos pesos.

$$IE_i = (IPIB \times 0,30 + ICMS \times 0,15 + IFPM \times 0,05 + ICES \times 0,05 + IPVA \times 0,05 + IE \times 0,40) \quad (02)$$

Em que: IE_i é o Indicador parcial econômico; IPIB = Índice da Participação do Produto Interno Bruto do município i ; ICMS $_i$ = Índice da Participação da Arrecadação do ICMS do município i ; IFPM = Índice do Fundo de participação do município i ; ICES = Índice do Consumo de energia elétrica setorial do município i ; IPVA: Índice de participação do IPVA arrecadado do município i ; IE_i = Índice da participação do emprego total do município i .

O índice de participação da variável W_i do município " i " (P) e o índice da variável W_i do município " i " (IPW_i) foram estimados por meio das Equações (03) e (04).

$$Part. = \frac{W_i}{\sum W_i} \quad 03$$

Em que: W_i é o valor da variável no município, e, $\sum W_i$ corresponde ao valor total do Estado.

$$IPW_i = \frac{W_i - W_{\min}}{W_{\max} - W_{\min}} \quad 04$$

Em que: IPW_i é o índice da variável W do município i ; W_i a participação da variável W do município i ; W_{\min} fator que corresponde à participação do município com o menor valor; e, W_{\max} é a participação do município com o maior valor.



Após as estimativas, o IDR é calculado conforme os resultados das Equações 01 e 02, estabelecendo os seus respectivos pesos conforme a Equação 05. Foi dado maior peso para o indicador econômico (0,6) pois o município com melhor situação econômica possui melhores condições para investir em infraestrutura básica, sem contar com a capacidade de gerar empregos e assim, melhorar seu indicador social (0,4).

$$IDR_i = (IS_i \times 0,4) + (IE_i \times 0,6) \quad 05$$

Considerando os resultados da Equação 05, o IDR é classificado em três categorias que representam o estágio de desenvolvimento dos municípios. No Quadro 01 é apresentado a classificação do IDR.

Quadro 01 – Classificação do Índice de Desenvolvimento Regional (IDR)

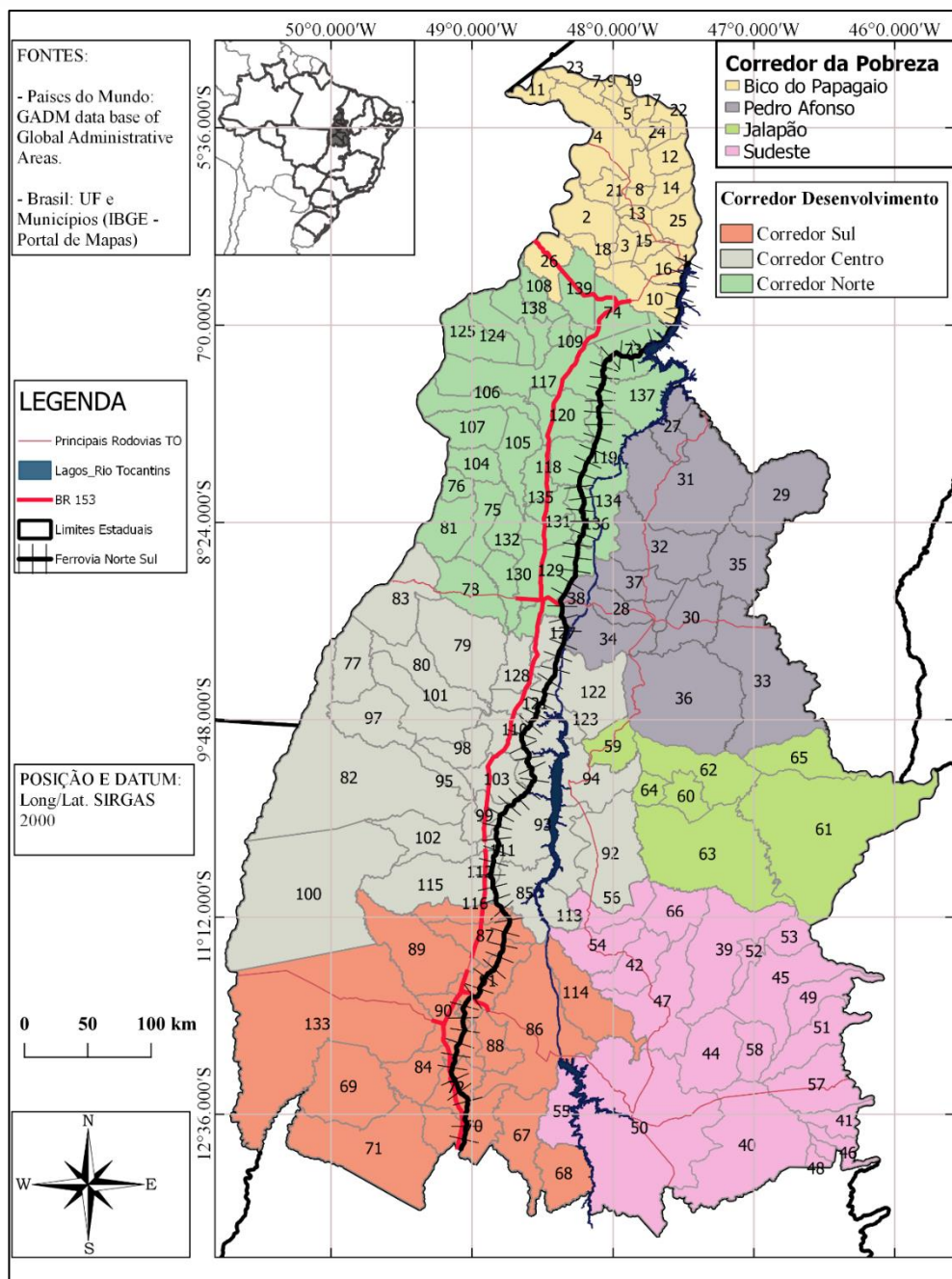
Municípios Polos	IDR de 1,0 a 0,1
Municípios Intermediários	IDR de 0,099 a 0,050
Municípios Retardatários	IDR abaixo de 0,050

Fonte: Gualda (1995; 2003), Ferrera de Lima et al. (2012); Rodrigues e Ferrera de Lima (2013) adaptado pelos autores.

Os municípios que apresentaram IDR igual ou superior a 0,1 foram classificados como municípios polos de desenvolvimento regional. Apresentam uma dinâmica na base produtiva com potencial de crescimento e de consumo. Os municípios cujo IDR situa-se no intervalo compreendido entre 0,099 a 0,050 foram considerados intermediários, ou seja, apresentaram uma estrutura econômica e social em crescimento, não obstante, sua dinâmica é inferior à dos municípios polos, pois conseguem atrair recursos e renda dos municípios retardatários. Os municípios com IDR abaixo de 0,050 foram considerados retardatários, pois não apresentaram nenhuma capacidade de implementar um processo de crescimento e desenvolvimento econômico, pois não conseguem reter ou atrair recursos para assegurar as condições mínimas de um processo de desenvolvimento regional (GUALDA, 1995; 2003; FERRERA DE LIMA *et al.* 2012; RODRIGUES E FERRERA DE LIMA, 2013).

A área de pesquisa está representada na Figura 1 e nos Quadros 02 e 03 onde se encontram os municípios do corredor da pobreza e o corredor do desenvolvimento respectivamente.

Figura 01 – Localização dos municípios dos corredores da pobreza e do desenvolvimento do Tocantins



Fonte: Autores com base em Portal de Mapas (IBGE, 2023)

Quadro 02- Relação dos Municípios caracterizado como corredor da pobreza no Tocantins

Municípios Corredor da pobreza			
1 – Aguiarnópolis	18 - Riachinho	35 – Recursolândia	52 – Porto Alegre
2 – Ananás	19 – Sampaio	36 – Rio Sono	53 – Rio da Conceição
3 – Angico	20 – Santa Terezinha	37 – Santa Maria	54 – Santa Rosa
4 – Araguatins	21 – São Bento	38 – Tupirama	55 – São Salvador
5 – Augustinópolis	22 – São Miguel	39 – Almas	56 – Silvanópolis



6 – Axixá do Tocantins	23 – São Sebastião	40 – Arraias	57 – Taguatinga
7 - Buriti do Tocantins	24 – Sítio Novo	41 – Aurora do TO	58 – Taipas do TO
8 - Cachoeirinha	25 – Tocantinópolis	42 – Chapada da Natividade	59 Aparecida do Rio Negro
9 – Carrasco Bonito	26 – Xambioá	43 - Combinado	60 Lagoa do TO
10 Darcinópolis	27 – Barra do Ouro	44 – Conceição do TO	61 - Mateiros
11 – Esperantina	28 – Bom Jesus do TO	45 - Dianópolis	62 – Novo Acordo
12 – Itaguatins	29 – Campos Lindos	46 – Lavandeira	63 – Ponte Alta do TO
13 - Luzinópolis	30 – Centenário	47 – Natividade	64 – Santa Tereza
14 - Maurilândia	31 – Goiatins	48 – Novo Alegre	65 – São Felix do TO
15 – Nazaré	32 – Itacajá	49 – Novo Jardim	66 - Pindorama
16 – Palmeiras do TO	33 – Lizarda	50 – Paranã	
17 – Praia Norte	34 – Pedro Afonso	51 – Ponte Alta B Jesus	

Fonte: Figura 1

Quadro 03- Relação dos Municípios caracterizado como corredor do desenvolvimento no Tocantins

Municípios Corredor do Desenvolvimento			
67 – Jaú do TO	86 - Peixe	105 – Bandeirantes	124 – Muricilândia
68 – Palmeirópolis	87 – Aliança do TO	106 – Pau D’arco	125 – Santa Fé do Araguaia
69 – Sandolândia	88 – Sucupira	107 – Arapoema	126 – Fortaleza do Tabocão
70 – Talismã	89 – Dueré	108 – Araganã	127 – Rio dos Bois
71 – Araguaçu	90 – Cariri do TO	109 – Carmolândia	128 – Miranorte
72 – Alvorada	91 – Gurupi	110 – Barrolândia	129 – Guaraí
73 – Babaçulândia	92 – Monte do Carmo	111 – Oliveira de Fátima	130 – Colméia
74 – Wanderlândia	93 – Porto Nacional	112 – Fátima	131 – Presidente Kennedy
75 – Pequizeiro	94 – Palmas	113 – Ipueiras	132 – Itaporã do TO
76 – Juarina	95 – Chapada de Areia	114 – São Valério	133 – Formoso do Araguaia
77 – Caseara	96 – Pugmil	115 – Santa Rita do TO	134 – Itapiratins
78 – Goianorte	97 – Marianópolis	116 – Crixás	135 – Brasilândia
79 – Dois Irmãos do TO	98 – Monte Santo	117 – Araguaína	136 - Tupiratins
80 – Abreulândia	99 – Nova Rosalândia	118 – Colinas do TO	137 - Filadélfia
81 – Couto Magalhães	100 – Lagoa da Confusão	119 – Palmeirante	138 - Aragominas
82 – Pium	101 – Divinópolis	120 – Nova Olinda	139 - Piraquê
83 – Araguacema	102 – Cristalândia	121 – Miracema do TO	
84 – Figueirópolis	103 – Paraíso do TO	122 – Tocantínia	



85 – Brejinho de Nazaré	104 Bernardo Sayão	123 – Lajeado	
-------------------------	--------------------	---------------	--

Fonte: Figura 1

O estado do Tocantins está localizado na Região Norte e foi criado em 1988, fruto da divisão do estado de Goiás. A partir de 2017 o IBGE reconfigurou as regiões dos estados brasileiro, com a nova configuração o estado se encontra com a seguinte divisão: 03 (três) regiões geográficas intermediária: Araguaína, Palmas e Gurupi; e 11 (onze) regiões geográficas imediata: Araguatins, Tocantinópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Dianópolis e Gurupi, subdivide-se o estado, em 139 municípios. Sua população estimada foi de 1.572.866 pessoas para 2019, seu território abrange 277.720 km², possibilitando uma densidade demográfica de 5,67 habitantes/km², participa com 7% em relação à área da região Norte (3.869.637) e 3,3% do território nacional, sendo Palmas a capital do estado. Limita-se ao norte com os Estados do Maranhão e do Pará; ao sul com o Estado de Goiás; ao leste com os Estados do Maranhão, do Piauí e da Bahia; e ao oeste com os Estados do Pará e do Mato Grosso (MARQUES DE OLIVEIRA, 2019).

Em território tocantinense, as distâncias máximas são de 899,5 km na direção norte-sul, e entre os pontos extremos Leste-Oeste são 615,4 km. Do ponto de vista paisagístico possui características regionais que apresentam alto potencial turístico e centralidade em relação ao país (IBGE, 2017).

4. Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR): Corredor da pobreza

4.1 Indicador social e econômico do corredor da pobreza do Tocantins

A análise dos resultados do indicador social dos 66 municípios que formam o corredor da pobreza do Estado do Tocantins demonstrou que, em 2000, não havia nenhum município classificado como polo. Dos 11 municípios intermediários, os melhores índices foram obtidos em: Pedro Afonso (0,089); Tocantinópolis (0,077) e Dianópolis (0,074). Foram classificados 55 municípios retardatários, isto é, 83% em condições sociais precárias, dentre estes, 10 (dez) foram classificados como os piores, em 2000, os quais foram: Esperantina (-0,023), Mateiros (-0,022), Carrasco Bonito (-0,018), Barra do Ouro (-0,016), Praia Norte (-0,015), Palmeirante (-0,015), Lagoa do Tocantins (-0,014), Riachinho (-0,011), Campos Lindos (-0,010), Maurilândia (-0,008). O Quadro 04 apresenta a classificação do indicador social para os municípios que compõem o corredor da pobreza no Tocantins.

Quadro 04 – Classificação do indicador social do corredor de pobreza do Tocantins

Classificação	IDR	2000	2010
---------------	-----	------	------



Municípios Polos	IDR de 1,0 a 0,1	-	01
Municípios Intermediários	IDR de 0,099 a 0,050	11	24
Municípios Retardatários	IDR abaixo de 0,050	55	41

Fonte: Resultados da pesquisa

Esses municípios estão localizados nas Microrregiões do Bico do Papagaio, Jalapão e Dianópolis. Essas microrregiões possuem os piores indicadores de desenvolvimento, com elevados índices de pobreza, precariedade em infraestrutura, pouca atividade econômica, grande parte dos empregos provém do poder público municipal, e a grande maioria dessa população sobrevive com a transferência de renda do governo federal, via bolsa família, aposentadoria rural e benefício social (MARQUES DE OLIVEIRA, 2019).

Não obstante, em 2010, Tocantinópolis passou a configurar como município polo, 24 como intermediários, sua participação mais que dobrou; e 41 como retardatários, uma melhora de 25% com relação ao período anterior. A conquista desse desempenho se deve, sobretudo, à queda da taxa de pessoas pobres nesses municípios, via transferência de renda (Bolsa Família) aumento com gastos em educação, em cultura, em saneamento e em saúde, além do aumento da taxa de urbanização, melhora na média de anos de estudos, aumento no abastecimento de água encanada e na coleta de lixo.

Com relação aos municípios do corredor da pobreza do indicador econômico, todos os municípios foram classificados com retardatários, ou seja, apresentaram IDR abaixo de 0,050, tanto para o ano de 2000, quanto para 2010. Isto evidencia a fragilidade dos setores produtivos em converter melhoras para população local. Esses municípios localizados na parte leste, muitos deles, não estão interligados nos corredores de transportes, além do impedimento que separa o rio Tocantins, como meio de locomoção para os municípios pobres, o custo de acessibilidade se torna elevado e o deslocamento torna-se distante.

O Quadro 05 apresenta o Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) dos municípios do corredor da pobreza, foi construído a partir dos indicadores sociais e econômicos e representa o grau de desenvolvimento dos municípios tocantinenses. Uma vez estimado o IDR para cada município, foi possível ordená-lo segundo o grau de dinamicidade, dos 66 municípios do corredor da pobreza, demonstrando que, no ano de 2000, apenas 2 municípios se figuraram como polo Pedro Afonso (0,113) e Tocantinópolis (0,104), e 4 em 2010, Tocantinópolis (0,128), Araguatins (0,105), Pedro Afonso (0,114) e Dianópolis (0,116). O número de municípios em 2000, classificados em estágio intermediário são 12, (18%). Em 2010 eram 28 correspondendo a 42%. Já os municípios retardatários em 2000 representaram 52, (78%), em 2010 houve redução para 34, correspondendo a (51%).

Quadro 05 – Indicador de Desenvolvimento Regional dos Municípios do corredor da pobreza

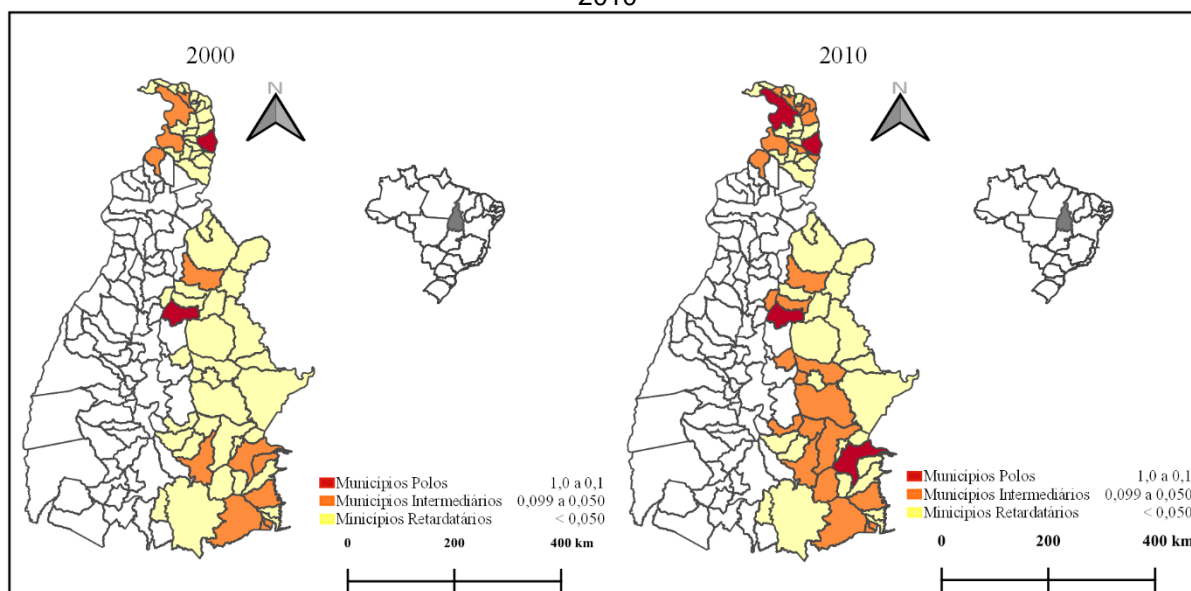


Classificação	IDR	2000	2010
Municípios Polos	IDR de 1,0 a 0,1	02	04
Municípios Intermediários	IDR de 0,099 a 0,050	12	28
Municípios Retardatários	IDR abaixo de 0,050	52	34

Fonte: Resultados da pesquisa

A Figura 02 apresenta espacialmente a localização destes municípios para 2000 e 2010, como dito, apenas Tocantinópolis e Pedro Afonso se configuraram como polo em 2000.

Figura 02 – Indicador de Desenvolvimento Regional do corredor da pobreza do Tocantins - 2000 e 2010



Fonte: Resultados da pesquisa

Neste corredor está localizado grande parte dos municípios pobres. Esses municípios não conseguem se manter dentro do dinamismo da base de manutenção, ou seja, são caracterizados com base retardatários, bem como estão fora da acessibilidade ao corredor de desenvolvimento, a BR-153, e nem estão ligados aos corredores menores estaduais com infraestrutura adequada. Em tais localidades não há postos de saúde, escolas e professores qualificados. Segundo os dados do PNUD (2000), esses municípios não conseguiram superar sua taxa de pobreza que, ainda, constitui um entrave no processo de desenvolvimento social e econômico.

5. Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR): Corredor do Desenvolvimento



5.1 Indicador Social e Econômico do corredor de desenvolvimento do Estado do Tocantins

A análise dos resultados do indicador social dos 73 municípios que compõem o chamado corredor de desenvolvimento do Tocantins demonstrou que, em 2000, havia seis municípios classificados como polos, a saber: Palmas, a capital, com o melhor indicador social (0,290), seguido de Araguaína (0,205), Gurupi (0,174), Paraíso do Tocantins (0,152), Porto Nacional (0,124) e Miracema (0,11). Do total de municípios, 8% foram classificados como polos de desenvolvimento, 30% em estágios intermediários e 62% como municípios retardatários (Quadro 06).

Quadro 06 – Classificação do indicador social dos municípios do corredor de desenvolvimento do Estado do Tocantins - 2000 e 2010

Classificação	IDR	2000	2010
Municípios Polos	IDR de 1,0 a 0,1	06	08
Municípios Intermediários	IDR de 0,099 a 0,050	22	53
Municípios Retardatários	IDR abaixo de 0,050	45	12

Fonte: Resultados da pesquisa

Não obstante, em 2010, teve uma significativa melhora das variáveis que compõem o indicador social, os municípios polos passaram para 08 em 2010, com participação de 11% do total e os municípios intermediários 53, correspondem a 73% do total. Os municípios considerados retardatários, houve uma redução, passando de 45, para 12 municípios em 2010. A conquista desse desempenho se deve, sobretudo, à queda da taxa de pessoas pobres nesses municípios, via transferência de renda (Bolsa Família) aumento com gastos em educação, em cultura, em saneamento e em saúde, além do aumento da taxa de urbanização, melhora na média de anos de estudos, aumento no abastecimento de água encanada e na coleta de lixo.

A classificação dos municípios com o melhor indicador social não se alterou em 2010, Palmas, a capital do estado, apresentou o melhor indicador (0,340) seguido de Araguaína (0,248), Gurupi (0,155), Paraíso do Tocantins (0,138), Porto Nacional (0,131), Colinas (0,113), Miracema (0,112) e Guará (0,106).

A melhora do indicador social começou a partir dos municípios intermediários, mas a grande diferença foi entre os municípios considerados retardatários. Infere-se, portanto, que as políticas implementadas no Tocantins, como o gasto em educação, saúde, saneamento básico, água tratada, transferência de renda, via programas do Governo Federal e estadual,



vem a cada ano melhorando a qualidade de vida dos moradores desses municípios tocantinenses.

A análise dos resultados do indicador econômico dos 73 municípios do Estado do Tocantins permitiu identificar que, tanto em 2000, quanto em 2010, 3 (4%) municípios foram classificados como polo, 05 (7%) dos municípios em estágio intermediário e 89% em estágio retardatário. Os três municípios classificados como polo no indicador econômico foram: Palmas, a capital do estado com (0,580), Araguaína com (0,303) e Gurupi com (0,246). Os municípios em estágio intermediário foram: Porto Nacional (0,098), Paraíso do Tocantins (0,089), Miracema do Tocantins (0,076), Formoso do Araguaia (0,067) e Colinas do Tocantins (0,054), conforme Quadro 07.

Pouco se alterou em 2010; continuaram os 03 (três) municípios polos: Palmas (0,60), indicador máximo, Araguaína (0,231) e Gurupi (0,137). Os municípios intermediários passaram a ser apenas 3 (três); Paraíso do Tocantins (0,074), Porto Nacional (0,065) e Miracema do Tocantins (0,060). O total de municípios retardatários aumentou para 67, representando 92% do total dos municípios, (Quadro 07).

Quadro 07 – Classificação do indicador econômico dos municípios do corredor de desenvolvimento do Estado do Tocantins - 2000 e 2010

Classificação	IDR	2000	2010
Municípios Polos	IDR de 1,0 a 0,1	03	03
Municípios Intermediários	IDR de 0,099 a 0,050	05	03
Municípios Retardatários	IDR abaixo de 0,050	65	67

Fonte: Resultados da pesquisa

Analisando as variáveis econômicas entre 2000 e 2010, houve aumentos significativos das mesmas; contudo, ficaram concentradas em apenas três cidades: Palmas, Araguaína e Gurupi, havendo uma concentração maior na capital. O PIB municipal de Palmas, em 2000, era cerca de R\$660 milhões, em 2010 chegou a R\$3,9 bilhões de reais. Outra variável significativa foi o número de empregos formais, em 2000, Palmas tinha 51.817, passando em 2010 para 112.915 empregos formais, ou seja, mais que dobrou o número de empregos (IBGE,2017).

O Quadro 08 apresenta o Indicador de Desenvolvimento Regional (IDR) dos municípios do corredor do desenvolvimento do Tocantins, foi construído a partir dos indicadores sociais e econômicos e representa o grau de desenvolvimento dos municípios tocantinenses, demonstrando que, no ano de 2000, haviam 13 (18%) municípios classificados como polo de desenvolvimento, os 5 melhores foram: Palmas (0,871), Araguaína (0,507), Gurupi (0,421), Paraíso do Tocantins (0,242) e Porto Nacional (0,223). Em 2010, passou a ser 12 municípios. O número de municípios classificados em estágio



intermediário eram 22 em 2000, passando para 55, e 2010, um aumento de 150%. Já os municípios retardatários em 2000 representavam 38, correspondendo a 52%. Em 2010 reduziu para 6 municípios, tendo assim o melhor desempenho.

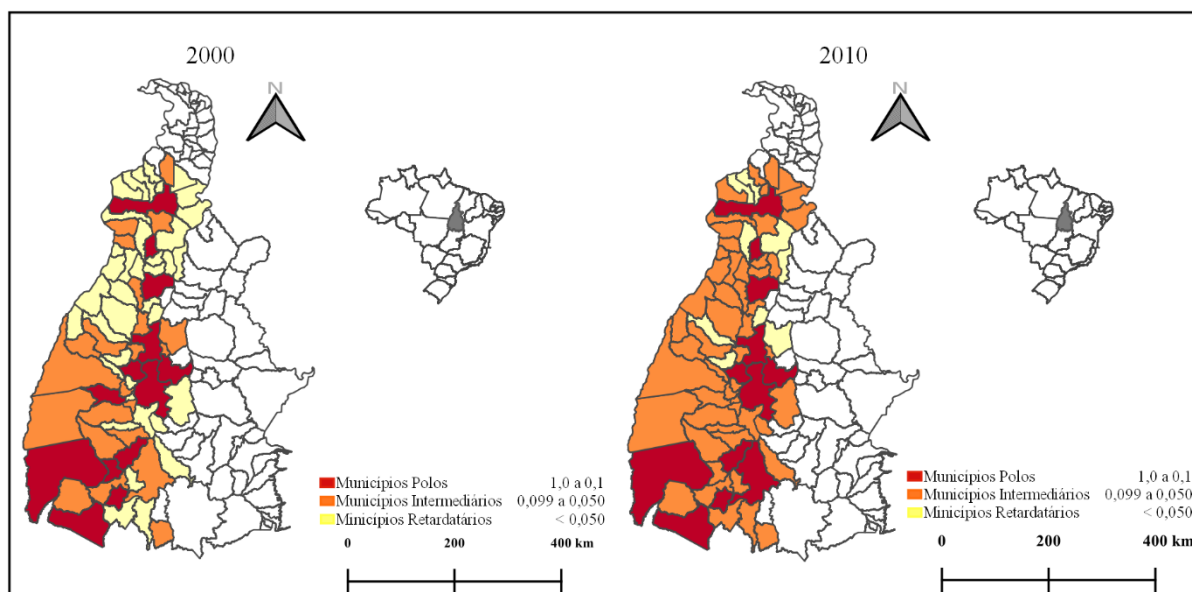
Quadro 08 - Indicador de Desenvolvimento Regional dos municípios do corredor do desenvolvimento do Estado do Tocantins – 2000 e 2010

Classificação	IDR	2000	2010
Municípios Polos	IDR de 1,0 a 0,1	13	12
Municípios Intermediários	IDR de 0,099 a 0,050	22	55
Municípios Retardatários	IDR abaixo de 0,050	38	06

Fonte: Resultados da pesquisa

A Figura 03 representa espacialmente a distribuição da localização dos IDR no território do Tocantins para os anos de 2000 e 2010. Observa-se que a concentração dos melhores IDR, estão concentrados no corredor da BR-153 (Belém-Brasília), onde acontece a dinâmica econômica. Os municípios polos acabam irradiando o processo de desenvolvimento para os municípios intermediários, esses no que lhe concerne, para os retardatários.

Figura 03 – Indicador do Desenvolvimento Regional do corredor do desenvolvimento do Tocantins – 2000 e 2010



Fonte: Resultados da pesquisa

Na Figura 03, constatou-se que a dinâmica de crescimento e desenvolvimento se dá ao longo do traçado da rodovia Belém-Brasília, no entanto, não significa que neste traçado ocorreu desenvolvimento em todos os municípios. Pode se inferir que tanto no aspecto social quanto econômico, a BR-153 se apresenta como um corredor de desenvolvimento. Para Perroux (1977), corredor é o espaço que une dois polos de base diversificada ou de manutenção.



Observou-se, também, que houve melhora na parte oeste do estado, no que tange à expansão da pecuária e nos plantios de soja e arroz irrigado nas Microrregiões Formoso do Araguaia, Gurupi, Miracema e Araguaína, aumentando, assim, os municípios intermediários, e reduzindo o número de municípios retardatários.

Em 2010, a economia do Estado do Tocantins apresentou um dos melhores resultados em termos de crescimento do PIB, entre todos os estados do país. A participação relativa do PIB do total do estado, em 2010, das três principais cidades ficou assim distribuídas: Palmas (18%), Araguaína (11%) e Gurupi (6%), ou seja, essas três cidades somavam cerca de 35% do total dos produtos agregados dos setores primários, secundários e terciários, produzidos no Tocantins em 2010, considerando que o Estado possui 139 municípios, e apenas essas três cidades concentram mais de 1/3 do PIB do estado.

6. Consideração Finais

A pesquisa contribui com uma análise do desenvolvimento regional no território do Tocantins, a partir da elaboração de IDR com as variáveis sociais e econômicas. Tendo como premissa que, na parte leste do estado, apresenta baixo índice de desenvolvimento social, econômico e humano, ou seja, lado direito do rio Tocantins. Esta parte sempre foi conhecida como o “corredor da miséria”, antes mesmo do seu desmembramento, apresentando entraves e desafios para superar esse atraso. No entanto, no sentido Norte-Sul do estado observa-se um dinamismo das atividades produtivas, formado pelos municípios às margens, ou próximo à BR-153 (Belém-Brasília) e a Ferrovia Norte-Sul.

As variáveis sociais que tiveram melhor desempenho no IDR foram: aumento nos gastos na área da educação, saúde, números médios de estudos, abastecimento com água encanada, esgoto e redução da taxa de pessoas pobres no Tocantins.

Analisando as variáveis econômicas entre 2000 e 2010, houve aumento significativo no PIB dos municípios, no emprego formal, na arrecadação do ICMS e IPVA. O conjunto de relações entre as variáveis sociais e econômicas influenciou no resultado do IDR, a melhora no desempenho desse indicador representou um avanço na qualidade de vida da população, bem como para o capital humano do estado.

O indicador social para os 66 municípios que formam o corredor da pobreza do Estado do Tocantins não teve em 2000 nenhum município classificado como polo; 11 municípios intermediários e 55 municípios retardatários, isto é, 83% em condições sociais precárias, e a



grande maioria sobrevive com a transferência de renda do governo federal, via bolsa família, aposentadoria rural e benefício social. Em 2010, Tocantinópolis passou a configurar como município polo, 24 como intermediários, e 41 como retardatários, uma melhora de 25% com relação ao período anterior.

O indicador econômico, na parte leste do Tocantins, todos os municípios foram classificados com retardatários, tanto para o ano de 2000, quanto para 2010. Evidenciando assim, sua fragilidade econômica. O IDR (social e econômico) dos 66 municípios do corredor da pobreza, em 2000, Pedro Afonso e Tocantinópolis se configuraram como polo. Em 2010 foram: Tocantinópolis, Araguatins, Pedro Afonso e Dianópolis. Esses municípios, classificados como polo de desenvolvimento, possuem uma estrutura econômica favorável à geração de investimentos nos demais setores, alavancando a melhora das condições sociais e econômicas.

Quanto aos 73 municípios que compõem o corredor de desenvolvimento, em 2000 o indicador social apresentou 6, e em 2010, 8 municípios polos. Para o indicador econômico, os municípios com melhores desempenho foram: Palmas (capital do estado) Araguaína e Gurupi, tanto para 2000, quanto 2010.

No decorrer dos anos analisados pode-se inferir que a produção e a reprodução do capital no tempo e no espaço, no território do Tocantins, foi modificado e transformado pelas redes políticas e econômicas que aqui se instalaram: rodovias federais e estaduais, Ferrovia Norte-Sul, a Hidrovia Araguaia – Tocantins, comércio, serviços, indústrias tradicionais, aeroportos, agroindústrias e redes bancárias. A construção da BR-153, proporcionou os elos com os municípios do seu corredor e com os corredores menores, destacando os municípios em que estão instalados ao longo dessa rodovia. Isso implicou na expansão, na ocupação de novas fronteiras agrícolas e na ampliação do capital.

Assim sendo, respondendo ao questionamento, de fato existe de fato dois corredores no Tocantins: um da pobreza (leste do estado) outro do desenvolvimento (às margens da BR 153). Diante disso, foi possível demonstrar quais são as possíveis limitações e potencialidades para o desenvolvimento regional no território do Tocantins, pois, a partir da base metodológica utilizada, foi possível apontar os locais que necessitam de políticas públicas, visando ao desenvolvimento social e econômico para o Tocantins poder se desenvolver de forma sustentável.

AGRADECIMENTOS: Está pesquisa contou com aporte financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins – FAPT

REFERÊNCIAS



BARREIRA, Celene C. M. Antunes. **Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza.** Goiânia: Editora da UFG, 1997.

BERTRAN, P. **Formação econômica de Goiás.** Goiânia: Oriente, 1978.

BRESSER-PEREIRA, L. C. 2014. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico.** Lua Nova, São Paulo, n. 93: 33-60. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67335779003>. Acesso em: 30 de agosto de 2021.

CARVALHO, G. L. Entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental/cultural: desafios e possibilidades do turismo no Nordeste Goiano. In: Encontro Nacional de Planejamento para o desenvolvimento local, 2004. Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004.

CASAROTTO FILHO, Nelson; MINUZZI, Josiane; SANTOS, Paulo da Cruz Freire. Competitividade sistêmica de distritos industriais no desenvolvimento regional: uma comparação. **Revista da FAE**, v.9, n 2, 2016. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/re>

FERRERA DE LIMA. *et al.* Mensurar as desigualdades regionais no Brasil: proposta metodológica. In: ETGES, V.E.; AREND, S. C. (Org.) **CEPAL: leituras sobre o desenvolvimento latino-americano.** Santa Cruz: Edunisc, 2012, p. 270-290.

GUALDA, N. L. IDR – Proposta Metodológica. Maringá. **Texto para Discussão n.º 15.** Programa de Mestrado em Economia. Universidade Estadual de Maringá, 1995.

GUALDA, N. L. O Índice de Desenvolvimento Regional como fator de identificação de polos de crescimento regionais – uma tentativa de identificação para a economia paranaense. In: II Encontro de Economia Paranaense, 2003. Maringá. **Anais...** Maringá: TAC – Multimídia, p. 566-583, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência das cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias:** 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MARQUES DE OLIVEIRA, N.; PIFFER, M. Conjuntura do desenvolvimento regional dos municípios do estado do Tocantins. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 3, p. 32-61, 21 nov. 2016. <https://doi.org/10.24302/drd.v6i3.1023>

MARQUES DE OLIVEIRA, N.; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. As vozes do território do Tocantins no processo de desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 5, n. 2, p. 025-052, maio 2018. ISSN 2317-5443. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/5730>>. Acesso em: 05 jan. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.7867/2317-5443.2017v5n2p025-052>

MARQUES DE OLIVEIRA, N. M. **Desenvolvimento Regional do território do estado do Tocantins.** Palmas-TO: Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS** 2016. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/rais/>>. Acesso em: 18 jul de 2018.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Saga,



1960.

NETO, A. M.; CASTRO, C. N. de.; BRANDÃO, C. A. **Desenvolvimento regional no Brasil** políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/20170213_livro_desenvolvim_entoregional.pdf. Acesso em: 08 de Ago. de 2021.

NORTH, D.C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico Regional. In: Schwartzman, J. (org.) **Economia regional e urbana: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, p. 333-343, 1977.

OLIVEIRA, C. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: um enfoque da nova geografia econômica. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul (RS), vol.10, n.º 2, p. 93-116, 2005

PAIVA, C. Á. **Desenvolvimento econômico**. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein, organizador. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. Uruguaiana, 2. ed. rev. e ampl. Uruguaiana, RS: Ed. Conceito, 2021. pag. 962.

PALACÍN, Luis. **Coronelismo no extremo norte de Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1990.

PARADA, J. J. Economía institucional original y nueva economía institucional: semejanzas y diferencias. **Revista de economia institucional**, v. 5, n. 8, 2003.

PARENTE, T.G. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins colonial**. Goiânia: ed. UFG, 2003.

PERROUX, F. O Conceito de Polos de Crescimento. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). **Economia Regional: Textos Escolhidos**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977.
 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) *Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)*, 2000, 2010. Disponível em <
<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html>. Acesso em: 27 jan. 2022.

PRESTES, A. F.; CATTELAN, R.; MORAES, M. L. de. **Determinação de uma região no estado do Paraná**: aplicação da teoria da base de exportação. In: PAVAN, Lucca Simeoni. **As teorias econômicas e a economia aplicada [recurso eletrônico]** / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Ed. Atena, 2018. Pag. 432, ISBN 978-85-85107-32-1.

RODRIGUES, K.F., FERRERA DE LIMA, J. Índice de desenvolvimento regional sustentável: uma análise das mesorregiões do Estado do Paraná no período de 2002 a 2008. **Revista Geografar**, Curitiba (PR), vol.8, nº1, p.175-202, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SORGI, F. A. **Desenvolvimento econômico regional: um estudo do norte pioneiro do paraná**: microrregião de Cornélio Procópio. 2009. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Economia, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

VALENTE, A. L. E. F. O “Corredor da miséria” e a Reforma Agrária: o nordeste goiano e seus viventes. In: 53º Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2015. vistafae/article/view/367>. Acesso em: 05 jan. 2020.

2023

XI Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

**Desenvolvimento Regional
em tempos de emergência
climática: desafios e
oportunidades**



Local: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil
Dias 13, 14 e 15 de setembro de 2023
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
Universidade de Santa Cruz do Sul

